

PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Nº 23 - ANO 3 - OUTUBRO DE 1996



**FAZENDEIROS
PROMOVEM
CAÇA AO
ÍNDIO EM
RONDÔNIA**

**EM CHIAPAS,
TODO HOMEM
SEM ROSTO
É MARCOS**

**ELEIÇÕES 96:
VITÓRIA DE
VERDES E
INDÍGENAS**

**SOS: RIOS E
LAGOS DO
PLANETA
PEDEM ÁGUA**

- 2 Funai entra na lista dos órgãos em extinção
- 3 Um mergulho no mundo dos zapatistas
- 4 Eleições consagram candidatos índios
- 5 Guarani mudam hábitos para preservar a Mata Atlântica
- 6 Alta Costura Indústrias de SP investem mais em controle ambiental
- 7 Siderúrgicas condenam negros a trabalho insalubre
- 8 Fazendeiros de Rondônia caçam índios isolados
- 9 Jobim promete demarcar Raposa/Serra do Sol
Coluna *Ponto Doc*
- 10 Guajajara e Waimiri bloqueiam estradas
ONGs lutam para salvar mata baiana
- 11 Aumenta o ritmo de destruição dos rios do planeta
- 12 Imprensa destila fel na cobertura ambiental
Agenda

FECHAMENTO
DESTA EDIÇÃO
31/10/96

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

EXTINÇÃO DA FUNAI. E DAÍ?

Governo anuncia a extinção de órgãos e empresas públicas. O órgão indigenista está na lista

A imprensa divulgou que o presidente FHC aprovou, em princípio, uma proposta elaborada pelos ministérios da Administração, Planejamento, Fazenda e Casa Civil, que prevê a extinção de nove órgãos da administração direta e de quinze empresas estatais. No entanto, a efetivação da proposta dependerá da concordância dos ministérios aos quais estes órgãos e empresas estão vinculados.

Entre os órgãos listados, encontra-se a Funai. Porém, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, já manifestou através de sua assessoria de imprensa a sua discordância em relação à extinção do órgão indigenista.

Não deixa de ser curioso o procedimento. Alguns ministros anunciam uma coisa e outro, no mesmo dia, afirma o contrário. Fontes bem informadas de Brasília explicam que este procedimento costuma ser adotado quando não se pretende implementar a medida anunciada, mas apenas insinuar o desconforto de áreas de governo em relação a situações insustentáveis referentes a outras áreas. É um balão de ensaio. Sinal amarelo. Coloca-se a informação no ventilador para levantar poeira, sem compromisso com a sua efetivação.

Consta que, neste caso, haveria amplo reconhecimento dentro do governo de que estes órgãos e empresas estão absolutamente sucateados e apodrecidos, não sendo viável a sua recuperação. Mas há complicômetros políticos que dificultam a sua imediata extinção.

No caso da Funai, haveria um amplo consenso quanto à ineficácia do órgão em responder às suas finalidades. Um problema crônico, que se agrava na atual conjuntura de déficit orçamentário. Dados do Tesouro Nacio-

nal indicam que 85% dos recursos a ela destinados nos últimos meses teriam sido utilizados em atividades meio, sendo que apenas os 15% restantes teriam sido aplicados em atividades fim, relacionadas às áreas indígenas. Mesmo diante disso, o órgão não reage positivamente, gasta mal o pouco que tem e boicota as eventuais propostas de reestruturação que tentam melhorá-la.

Por outro lado, existem as preocupações implícitas no posicionamento do ministro da Justiça, de que, diante de medidas efetivas visando a extinção da Funai, possam ocorrer reações de máfias que atuam no seu interior, manipulando - mas também sendo manipuladas - lideranças indígenas dependentes dos seus recursos orçamentários. Parece não ter sido outra a razão da mais recente investida de um grupo de Xavante contra o presidente de plantão - aliás, o 22º em 29 anos - da Funai. Apesar do seu brandíssimo reformismo administrativo, mas acusado de querer "acabar com a tutela", com base num memorando interno de sua autoria que vazou até as aldeias no início de outubro, Julio Gaiger não foi poupado da cena deplorável de sair arrastado na marra do prédio da Funai e humilhado diante das câmeras dos telejornais. Historicamente atraídos e pacificados a troco de uma enxurrada de brindes, confinados territorialmente, os Xavante, muitos dos quais líderes de aldeias (agora funcionários) que se formaram na esteira de projetos econômicos insustentáveis, implantados pela própria Funai na década de 80, continuam a querer os anéis. Cobram a dívida histórica do contato em assistência.

Há muito que organizações indígenas e de apoio aos índios vêm propondo a substituição da

Funai por outros instrumentos de ação do Estado para a execução de uma melhor política indigenista. Em 1994, os candidatos a presidente receberam sugestões neste sentido para inclusão em seus programas de governo. Mas há quem aponte, como Darcy Ribeiro, no seu mais recente livro (*Diários Índios*), o equívoco "genético" e reincidente da Funai. Criatura da ditadura militar, segundo o senador e antropólogo, a Funai é tão ruim quanto o Serviço de Proteção ao Índio, a quem substituiu em 1967: "só exerce bem o papel de amansadora de índios bravos, abrindo espaço para a expansão pacífica das fronteiras da civilização".

Porém, como admite o senador, ruim com ela, pior sem ela. Diferentemente do caso de uma empresa pública qualquer, a Funai se justifica em função da execução de políticas públicas referentes aos índios, uma parcela sensível da população brasileira. Se ela não consegue executá-las, há que haver alternativa institucional consistente que responda, ainda que em perspectiva, às demandas desta parte da população. Trocar de presidente ou de lugar no aparelho de Estado, apenas, não resolve.

Talvez este seja o ponto central: o anúncio da extinção da Funai só deve ser levado a sério se vier acompanhado de alternativas consistentes, isto é: com propostas discutidas com os interessados, seguida de decisões acompanhadas de instrumentos e recursos adequados. Aliás, neste caso, o anúncio da extinção seria até dispensável diante da adoção de providências concretas para viabilizar estas alternativas. Ainda assim, não haveria como se evitar (e dever-se-ia estar preparado para enfrentar) a ação das máfias corporativas. ☒

MARCOS SOMOS TODOS

NIETTA MONTE



VIDAL CAVALCANTE/AE

Subcomandante Marcos: ausente, mas presente.

assim, nossa orfandade ideológica do trauma umbilical provocado pelo "fim da história" e do tédio frente à tela monocromática da foice e do martelo.

Será o líder rebelde Marcos um balsaquiano narcisista, filósofo pós-graduado da Universidade Autônoma do México, cheio de glamour e *political sex-appeal*, interpelado hoje pelo seu verdadeiro nome, Rafael Guillen, de quem já se identificou progenitora, cuecas rasgadas e amareladas lembranças? Ou será o Subcomandante Marcos uma lenda neocristã saída como Zorro das neblinas lacandônicas, resultado da união de vários sonhos e incompletudes, personificando-nos pluralmente em um nenhum - "Marcos somos todos"?

Rumamos à *Home Page Internet*, aos Congressos Intergaláticos, com acesso ao ponto focal da guerrilha em monitor *Email @EZLN Marcos* com Ibope capaz de trocar, em plenas férias de julho, a preferência jornalística das Olimpíadas 96 em Atlanta por Oventic.

Botons comoviam-nos os paletós. "Tudo para todos. Para nosotros, nada." Gratificavam-se com legendas de souvenir politizado os novos turistas, grisalhos fã dos ídolos mortos de overdose ou por nossas ditaduras latino-americanas. "Que viva Zapata!". Adquiria-se cadeira cativa com uma carta de ONG. Reunimo-nos assim em uma solidariedade revolucionária no maior Woodstock Mesamericano do planeta, depois da queda do Muro e do fim do sonho. Agora, "somos todos Marcos".

Quem se esconderá atrás desta legião de encapuzados? Um exército de etnias disformes pela opressão do PRI e do Tratado de Livre Comércio-TLC, globalização que ameaça o minúsculo. Como reação inesperada a um tratado, desde o de Tordesilhas, vestem os zapatistas seu primeiro uniforme de exército corajoso. Na contradição se constituíram. Por isto, renegam sua condição militar, querem a revolução sem a tomada de poder - um poder estendido a cada poro do social. Escondem-se de suas individualidades, os índios armados.

A Sudeste do México, no Estado de Chiapas, formou-se o território autônomo ocupado, Terra Indígena autodemarcada pelos zapatistas sem homologação oficial. Chama-se a esta terra de guerra e paz Oventic, ou Aguascalientes II. É um sítio imenso, de geomorfia desértica rural, árida beleza e intensa visitação pública nas ocasiões definidas como "eventos intergaláticos".

Trata-se de uma guerra de alarmes, para chamar a atenção para o "mau governo" e fazer ver os homens sem rosto. Uma

Dúvidas e mistérios circundavam, naquele dia de julho, a face real e encoberta do zapatismo mexicano, movimento indígena cujo grito de guerra, "Justiça, Liberdade, Democracia", mescla pauta étnica com ideais revolucionários do continente europeu há mais de um século. Salva,

legião de famintos cidadãos Tsotils, Tsetals, Nauatls, descendentes de Maias e Astecas, emerge inesperadamente dos sítios arqueológicos de Palenque e Monte Alban.

Naquele meio dia de julho, éramos centenas de observadores, assessores e lideranças indígenas. Formamos uma fila tolerante a perder de vista, para revista meticulosa. Os zapatistas procuravam em nossas intimidades os canivetes suíços. Conformados, abandonamo-nos à revista, horas sob o sol quente, nós, os 600 convidados intergaláticos ainda sob suspeita.

Finalmente, pudemos adentrar nosso campo de solidariedade, sob vivas do exército indígena. Fui condecorada com um crachá onde se estampava minha cara mais cidadã em 3X4, sob o signo imponente da sigla EZLN.

E assim fui, por três dias, "observadora" do Fórum Indígena Nacional Permanente, evento organizado pelo Comitê Clandestino Indígena do Exército Zapatista. Tratava-se de experimentar a união de tendências cívicas em escalas e tempos históricos diversos, aliando nosso lado pró-índio, pós-revolucionário e eternamente guerreiro, e modelar um programa de trabalho a partir de demandas tecidas desde os rincões do México. "Somos uma assembléia quando estamos juntos e uma rede quando separados."

Neste evento, anterior ao badalado "Encontro Intercontinental pela Humanidade Contra o Neoliberalismo", reconhecia-se a necessidade de um processo de mais largo prazo que não terminasse com uma negociação com o governo ou com o fim do indigenismo de Estado.

Sucediam e precediam este foro inúmeros outros, promovidos pela Comandância Clandestina do EZLN, que representavam os rostos cobertos pelos *pasamontanhas* de Ramona, David ou Ana Maria, em mesas permanentes de negociação com o Governo federal e a sociedade civil desde janeiro de 1994. Construiu-se o mais instigante fenômeno social de foco *Microsoft Word Windows*, que abriu a discussão indígena a escalas intergaláticas: da explosão nacional de um grupo armado de fuzis, falando línguas indígenas, comandado por um jovem poeta que arrebatou corações e a comoção popular.

Na ausência de Marcos, que não veio e que não vi, pude sentar diante do simpático Comandante David, com seus olhos sem pestana e um chapéu Tsotil do qual pendiam fitas coloridas. Não escondia a preocupação com as "patrulhas militares". "Não estamos preparando a guerra para que nos venham vigiar, ameaçar ou controlar militarmente. Estamos, isto sim, construindo uma paz para todos os mexicanos e indígenas."

Cidade pequena é a Babel, que em Oventic ergueram os zapatistas. A torre virá depois. Hoje, no cenário da Praça Maior, "construamos uma manhã de tolerância onde caibam todos".

A Comandante Ana Maria deu boas-vindas. "Por trás destes rostos negros estamos nós e vocês". Das alturas do poder, em helicópteros que sobrevoam este território autônomo ocupado, há quem diga que eles já estão vencidos. Em resposta ouvi de língua afiada e latina: "Que ninguém se iluda: quem sabe organizar a paz também sabe organizar a guerra". ☒

Nietta Monte é coordenadora da Comissão Pró-Índio do Acre e participou do 2º Encontro do Foro Indígena Nacional Permanente, em Chiapas, México.

ÍNDIOS CONQUISTAM PREFEITURAS ESTRATÉGICAS

REGINA SCHARF

Eleições municipais consagram três dezenas de vereadores índios e 13 prefeitos verdes

Índios e ambientalistas puderam comemorar várias vitórias e amargar algumas derrotas importantes nas últimas eleições municipais. Hávera pelo menos 30 índios e uma centena de verdes nas Câmaras de todo o País. O Partido Verde conquistou 13 Prefeituras, dez a mais que há quatro anos.

Dois dos municípios geografi-

De Norte a Sul, três dezenas de índios elegeram-se vereadores, sendo 17 só no Amazonas. É o caso, dentre outros, do Xukuru Antônio Pereira (PSB), de Pesqueira (PE); o Bororo Domingos Barbosa (PMDB), de General Carneiro (MT); Luciane Kambiwá (PV), de Ibimirim (PE); o Pataxó Manoel da Silva (PL), de Carmésia (MG); os Xakriabá José Oliveira e Valdemar Xavier dos Santos, ambos do PSDB, de São João das Missões (MG) e os Kaingang Batista de Oliveira (PMDB), de Benjamin Constant (RS), Floriano de Oliveira (PMDB), de Charrua (RS) e Erpani Lopes (PTB), de Gramado dos Loureiros (RS). Já o município de São João das Missões (MG) terá um vice-prefeito Xakriabá, Manuel Oliveira.

Entretanto, os índios não saíram vitoriosos de todas as batalhas eleitorais. As eleições consolidaram a criação de dois novos municípios incrustados em Terras Indígenas em Roraima: Pacaraima, dentro da TI São Marcos, e Uiramutã, nos limites da área Raposa/Serra do Sol. O Conselho Indígena de Roraima protestou contra a realização do pleito, argumentando que ele efetivaria a implantação das duas cidades, dificultando ainda mais a já enrolada demarcação de Raposa/Serra do Sol em área contínua. O CIR só le-

gitimou a eleição em Normandia, onde foram eleitos três Makuxi - Orlando Justino, vice-prefeito, e José Francisco Miguel (PT) e Nelino Galé (PT), vereadores - e um Wapixana, o vereador Moisés Trajano Ramos. Apesar dos protestos do CIR, os Makuxi Maria Luisa e Jonas Marcolino elegeram-se vice-prefeita e vereador de Pacaraima e Lauro Barbosa, vereador de Uiramutã.

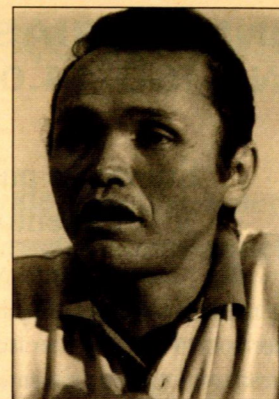
VITÓRIAS VERDES

Os ambientalistas também comemoraram bons resultados nas urnas. Estas eleições marcaram o fim do reinado de um dos maiores desafetos dos militantes ecológicos. Governador do Amazonas por três mandatos, considerado o patrono das motosserras, Gilberto Mestrinho foi obrigado pelos eleitores a interromper 40 anos de carreira política. Ele ficou em terceiro lugar na disputa vencida por Alfredo Nascimento, da coligação PPB-PFL.

Outra vitória notável foi a eleição do líder seringueiro Júlio Barbosa de Aquino, sucessor de Chico Mendes à frente do Sin-

dicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC) e do Conselho Nacional dos Seringueiros. Ele deixa a presidência do Grupo de Trabalho da Amazônia e a representação da Região Norte no Conselho Nacional do Meio Ambiente para assumir a Prefeitura do Município, tradicionalmente dominada pelos latifundiários da região.

Mas os ambientalistas também sofreram alguns revezes. Se alguns candidatos que tradicionalmente ostentam bandeiras ecológicas conseguiram se reeleger, como o paulistano Roberto Trípoli (PSDB), outros não tiveram a mesma sorte. Tanto Marco Antônio Mroz, vereador do PV de Ilhabela (SP) por várias gestões, quanto o presidente nacional do PV, Alfredo Sirkis, candidato à Câmara do Rio, ficaram de fora desta vez. Carlos Minc, deputado do PT carioca e dirigente da ONG Defensores da Terra, diz que mesmo que os ambientalistas cariocas lamentem a derrota de Sirkis, não devem esquecer que a questão ambiental foi presença constante no discurso dos candidatos a prefeito. "Durante a campanha, todos defenderam a adoção do gás natural na frota de ônibus, maior participação na limpeza das praias e da Baía de Guanabara e

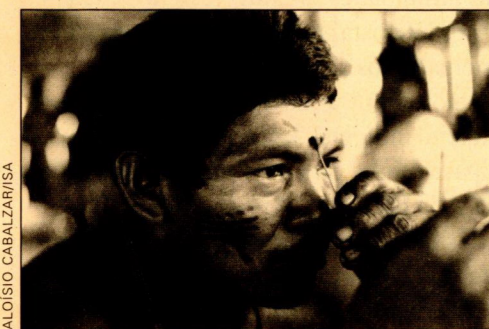


Júlio Barbosa de Aquino.

incentivo à coleta seletiva", diz Minc. Ele avalia que isto acabou ajudando a esvaziar a campanha dos candidatos a vereadores com plataformas ambientais. "O próprio Chico Alencar, candidato do PT à Prefeitura, sempre participou de ações em defesa do meio ambiente. Ele conseguiu 650 mil votos, o equivalente a 20% do eleitorado, o que também é uma vitória".

É evidente que nem todo ambientalista pertence ao Partido Verde e que nem todo membro do PV é militante ecológico. Tânia Yoshida, por exemplo, conquistou a prefeitura de Conceição do Jacuípe (BA) empunhando a bandeira do feminismo e da administração alternativa e participativa. Mesmo assim, vale a pena conferir o impressionante salto dado pelos Verdes em 3/10. Eles conseguiram mais de 100 mil votos, só no Estado de São Paulo. Foram 13 prefeitos e mais de uma centena de vereadores eleitos em todo o País. Eles dobraram o número de suas prefeituras em São Paulo, passando a seis: Campina do Monte Alegre e Macatuba (onde já governavam), Ubrajara, Oriente, Cabreúva e Rio Claro. Os novos prefeitos do PV governarão Miracema (RJ), Ouro Fino (MG), Conceição do Jacuípe (BA), São Caetano, Teresinha e Flores (PE), e Sonora (MT).

Curiosamente, João Cavalcante, o prefeito eleito de Sonora, cumpre pena de oito anos por desvio de dinheiro público quando ocupava o mesmo cargo, até 1992. Cavalcante pode circular durante o dia, o que deverá facilitar o exercício de suas funções. ☒



camente mais estratégicos do País serão governados por índios. É o caso de Oiapoque (AP), a cidade mais setentrional do País, que terá como prefeito o Galibi João Neves, e de São Gabriel da Cachoeira (AM), coração do Projeto Calha Norte e futuro endereço de um dos radares do Sivam. Seu novo vice-prefeito, Tiago Montalvo Cardoso (PSDB), é índio do distrito Iauareté.

Mais inovador do que o fato de serem índios, é o programa que os recém-eleitos prometem adotar. Um exemplo: o filósofo e professor cearense Amilton Gadelha (PT), que encabeça a chapa vencedora em São Gabriel, propõe a criação de uma Secretaria Especial de Assuntos Indígenas, para levantar os problemas existentes nas áreas da saúde, educação, transporte e demarcação de terras. Dos nove vereadores eleitos no município, quatro são índios, inclusive o Dessana Flávio Carvalho (PT) e o Tariano Alberto Barbosa (PFL).

O Galibi Marworno João Neves (PSB), que obteve 1.713 votos (47,6% do total), será o novo prefeito do município do Oiapoque. Neves, que elegeu-se vereador em 1992, pelo PDT, é presidente licenciado da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque. Foi apoiado pelo governador do Amapá, João Capiberibe, do mesmo partido. Ele promete mostrar aos brancos que não vai governar apenas para os índios, de quem recebeu mais de 80% de seus votos. Além de Neves, mais dois índios, funcionários da Funai e do PSB como ele, foram eleitos vereadores. São eles: Maciel Gabriel e o cacique Karipuna Ramos dos Santos.

Mas João Neves não foi nem o primeiro nem o único prefeito índio eleito no Brasil. Marcos Potiguara (PMDB) irá suceder Nancy Potiguara, do mesmo partido, na Prefeitura de Baía da Traição, na Paraíba. Marcos é o terceiro Potiguara a governar a cidade. Em 1988, Iraci Cassiano do Nascimento, da mesma etnia mas do PDC, já havia sido eleita vice-prefeita do Município.



PAULO PINTO/AE



NANI SOISABRIL/IMAGENS

GUARANI TROCAM PALMITO POR FLORES

Índios do litoral paulista substituem extrativismo predatório por plantio de helicônias

Os Guarani da Reserva Indígena Rio Silveira, em São Sebastião (SP), viviam um paradoxo. Para sobreviver, tinham de embrenhar-se cada vez mais na mata, à cata de palmito que pudessem vender na cidade. Quanto mais cortavam, mais o palmito escasseava, numa espiral que acabaria degradando as matas e minando seu próprio ganha-pão. Para diversificar sua atividade econômica, dando uma trégua ao palmito, uma das espécies mais ameaçadas da Mata Atlântica, eles encontraram uma solução das mais criativas: decidiram abrir mão da exploração predatória e passaram a coletar helicônias, flores semelhantes ao bico-de-papagaio, que são vendidas a restaurantes, hotéis e pousadas da região, um dos maiores pólos turísticos do estado. A vantagem é que o corte da helicônia não compromete a planta, como acontece com a palmeira de onde é extraído o palmito. Um maço com meia dúzia de helicônias alcança o mesmo preço no mercado que um palmito grande (R\$ 5), e uma muda chega ao valor de um palmito médio (R\$ 3).

O grupo também está produzindo mudas de flores para as casas de veraneio da região. Os Guarani já vinham ensaiando outros projetos alternativos: criação de peixes em tanques, criação de aves, plantio de hortas e cultivo de várias espécies de banana e de palmito Açai.

Esta metamorfose das atividades extrativistas das 50 famílias de Guarani que vivem nas quatro aldeias da reserva faz parte do Projeto Pegua-óó Poty, batizado com o nome Guarani da helicônia, também conhecida como bananeira de jardim ou caeté. Ele foi criado há uma ano e meio conjuntamente pelos índios - representados pela associação N'déva -, a Funai, a Secretaria Estadual da Agricultura e uma empresa local de paisagismo, Flora Sálvia.

A idéia era propagar técnicas de manejo sustentado de espécies nativas abundantes e de fácil cultivo. "As lideranças decidiram parar de

cortar o palmito por cinco anos, mas é claro que nem todos respeitaram esta decisão, até porque há grande pressão por parte dos palmiteiros", diz o engenheiro agrônomo Maurício Rúbio Alves, chefe do escritório da Secretaria em São Sebastião.

São três grupos de cerca de dez pessoas cada, distribuídos em três áreas: na praia de Boracéia, no Rio da Anta e em Silveiras, no sertão de Barra do Una.

Os grupos têm uma produção variada, de cinco a dez maços de flores por semana e 50 mudas por mês, mas essa quantidade pode subir muito na temporada de verão. Seu próximo passo será construir quiosques de comercialização e um pequeno viveiro para ampliar a produção de mudas, inclusive de outras espécies, como o palmito e a pupunha. ☒



MAURICIO RUBIO ALVES

WAIMIRI-ATROARI BLOQUEIAM CAMINHO DA PARANAPANEMA

Índios fecham acesso à maior mina de cassiterita do mundo

Deu na primeira página dos principais jornais brasileiros. Um grupo armado de 110 Waimiri-Atroari invadiu no dia 9/10 o posto de segurança da maior mina de cassiterita do mundo, em Pitinga, no município de Presidente Figueiredo (RO). No domingo anterior os índios já haviam bloqueado a estrada de escoamento do minério, que liga a mina à BR-174 (Manaus-Boa Vista) e atravessa suas terras.

Os Waimiri-Atroari vêm reivindicando há anos que a Paranapanema, proprietária da mina, pague pelo uso da estrada, de 45 km, e da própria mina. Eles querem um caminhão de minério a cada 200 extraídos mensalmente, numa espécie de compensação pela degradação ambiental e a poluição do rio Alalaú. Os novos controladores da empresa, os fundos de pensão da Companhia Vale do Rio Doce, da Petrobrás e do Banco do Brasil, não concordam. Para driblar o bloqueio indígena, a Paranapanema decidiu construir uma estrada de 72 km que passará fora da reserva.

Os índios chegaram a advertir que estavam dispostos a detonar as pontes de acesso se não fossem atendidos no que consideram o mínimo. Cogitaram, inclusive, retomar a mina, antes que ela devorasse o resto do seu território. Os Waimiri-Atroari sabem que a empresa protocolou no DNPM vários requerimen-

tos de pesquisa mineral que incidem sobre mais da metade da parte demarcada do seu território.

Um grupo, encabeçado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e pela Universidade Federal do Amazonas, assinou um manifesto em que atribui à Funai a responsabilidade pelos acontecimentos.

Até o fechamento desta edição o acesso à mina continuava bloqueado.

GUAJAJARA

A história dos Waimiri-Atroari repetiu-se a milhares de quilômetros de distância, mas por motivos diametralmente opostos. No dia 17/10, os Guajajara seqüestraram mais de 130 pessoas, entre passageiros de um ônibus e de carros que atravessavam a aldeia do Coquinho, em Grajaú (MA). Eles também bloquearam a BR-226, com apoio total da Prefeitura, que chegou a decretar feriado municipal para incentivar a mobilização. A parte mais curiosa da história é a reivindicação dos Guajajara: eles querem que a estrada, que vai até Teresina (PI), seja pavimentada. Como o presidente FHC prometeu à governadora Roseana Sarney que a BR-226 será asfaltada até o ano que vem, os reféns foram soltos no dia 23/10. ☐

ONGS MUDAM PROJETO DE ESTRADA NO SUL DA BAHIA

RUI ROCHA

Parque Estadual e Estrada Parque ajudarão a preservar a Mata Atlântica



O projeto de asfaltar uma estradinha de 65 km, ligando Ilhéus e Itacaré, causou uma polêmica que acabou por ajudar a proteger a Mata Atlântica do sul da Bahia. Patrocinada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo governo estadual, esta poderia ser mais uma obra de infraestrutura para o Nordeste, dentro do Programa de Desenvolvimento do Turismo. Acontece que a estrada passa por importantes trechos de uma floresta riquíssima em biodiversidade.

Em 1993, pesquisadores da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e do Jardim Botânico de Nova York estudaram um hectare de floresta na Serra do Conduru, ao norte de Ilhéus e nas margens da estrada. O estudo identificou 456 espécies de árvores, o segundo índice mais alto do Mundo. Deste total, 11 espécies eram desconhecidas da Ciência. Outros estudos também apontam riqueza em répteis, aves, formigas e pequenos mamíferos, muitos dos quais só ocorrem nesse trecho da Bahia.

A pavimentação da estrada começou a ser discutida em março deste ano, com a conclusão do Estudo de Impacto Ambiental. ONGs locais, como o Iesb, Boto Negro e Catitu, aliadas à Conservation International, questionaram a qualidade do EIA e cobraram do BID e da Secre-

taria de Cultura e Turismo da Bahia medidas concretas de proteção a essas florestas. A Audiência Pública, realizada na cidade de Itacaré, em julho, contou com mais de 700 pessoas, sendo a grande maioria a favor da pavimentação imediata da estrada. Ao final, os ambientalistas venceram os presentes da necessidade de criação de um Parque Estadual e de uma Estrada Parque neste trecho entre Ilhéus e Itacaré.

A grande luta dos ambientalistas é mudar o padrão de pavimentação das estradas litorâneas na Bahia, marcado pelos erros da Linha Verde, no litoral norte baiano. Com cerca de 250 km, esta estrada não respeitou as curvas naturais do relevo, agrediu florestas de restinga, manguezais, lagoas e coqueirais antigos. Também trouxe impactos erosivos sobre as encostas.

A Estrada Parque e o Parque Estadual, felizmente, já estão orçados nos custos integrais da estrada Ilhéus-Itacaré e vêm sendo projetados pelos técnicos do BID, pelo governo baiano e as ONGs locais. Com o acréscimo de apenas 25% no seu custo original, o novo formato torna a estrada mais adequada ao ambiente da região, fortemente vocacionado para o ecoturismo. O Parque será formado por 7 mil ha de matas na margem continental da estrada. Com um relevo montanhoso, ele incluirá várias nascentes de rios e poderá ser uma importante atração natural da região. A Estrada Parque, por outro lado, poderá abrigar vários mirantes naturais, ciclovia e florestas nas suas margens. Torçamos para que estes projetos virem, de fato, uma boa notícia. ☐

Rui Rocha é pesquisador do Instituto de Estudos Sócioambientais do Sul da Bahia (rocha@bitsnet.com.br).

OS RIOS DO MUNDO ESTÃO MORRENDO

REGINA SCHARF

A destruição dos cursos de água doce avança num ritmo sem precedentes

Um quinto das 9 mil espécies de peixes de água doce do planeta desapareceu nos últimos anos ou está em vias de sair do mapa. A destruição já alcança um ritmo até mil vezes mais rápido do que o normal. Dentre os habitats mais ameaçados estão o Lago Vitória, na África, e os rios mexicanos. Os principais responsáveis? A introdução de espécies exóticas, o desmatamento das margens, o assoreamento, a poluição, a retirada da água para grandes projetos de irrigação e a pesca predatória.

Estes dados constam de um estudo recente do Worldwatch Institute, de Washington, coordenado por Janet Abramovitz e chamado *Imperiled Waters, Impoverished Future*, ou "Águas Ameaçadas, Futuro Empobrecido". Trata-se de um amplo painel sobre o estado crítico da água doce no planeta e a progressiva redução da diversidade da fauna e da flora aquáticas.

Calcula-se que 77% das maiores bacias do Hemisfério Norte tiveram a vazão de seus rios drasticamente alterada por projetos de irrigação e pela construção de barragens e reservatórios. O Reno, que banha a França, Alemanha, Suíça e Holanda, ocupa uma região responsável por 20% da produção mundial de produtos químicos e abastece de água 20 milhões de pessoas. Suas crescentes cheias desalojaram, no ano passado, 250 mil holandeses. O volume da pesca também caiu das nuvens, passando de 150 mil salmões pescados na Holanda e na Alemanha, exatos cem anos atrás, para praticamente nada depois de 1958. Mais assustador: hoje se tem notícia de apenas 15 salmões ao longo dos 1.320 km do Reno - 15 indivíduos, e não espécies -, provavelmente fugidos de um projeto de aquicultura norueguês.

O estudo também analisa os impactos da proliferação das re-



presas e hidrelétricas. Hoje, há 38 mil grandes barragens no Mundo, sendo mais de metade deste total na China. Só a implantação da Hidrelétrica de Três Gargantas exigirá a remoção de 1,5 milhão de pessoas da área onde está sendo construída. Um exemplo trágico citado pelo estudo do Worldwatch Institute foi o da edificação de uma represa no rio Mun, na Tailândia, quando 2 mil famílias foram expulsas de suas casas, milhares de outras perderam seus meios de subsistência e todas as 150 espécies de peixes locais sumiram do mapa.

O Worldwatch Institute também condena a construção da Hidrovia Paraná-Paraguai, planejada para integrar o Mercosul pela via fluvial. A construção de um canal de 3.400 km exigiria a drenagem de grandes porções do Pantanal Matogrossense. Críticos do projeto chegaram a falar num risco de extinção de mais de 600 espécies de peixes, 650 de aves e 80 de mamíferos. As consequências da obra incluiriam a intensificação das enchentes na região e a quebra do equilíbrio de várias comunidades indígenas e ribeirinhas.

Para ilustrar o perigo dos projetos superdimensionados de irrigação, o estudo cita um caso clássico: o do Mar de Aral, na Ásia Central, que já foi o quarto maior lago do Mundo, mas que já enco-

lheu à metade do seu volume desde 1960. Quase 94% da água dos rios que desaguavam nele passou a ser desviada para a irrigação de plantações de algodão daquela árida região. Seu índice de salinidade triplicou, o que levou ao desaparecimento de 20 das 24 espécies de peixes autóctones. O Lago Tchad, na região africana do Sahel, já foi reduzido em 75% pelos mesmos motivos.

Até o gigantesco Amazonas, que carrega um quinto de toda a água doce que flui para os oceanos, está ameaçado. Devido a uma retirada anual de 200 mil toneladas de peixes de suas águas, algumas espécies, como o tambaqui, já começam a escassear. O pior é que a reação dos ribeirinhos à crescente escassez de peixes costuma aumentar ainda mais o problema. O reflexo mais comum inclui a introdução de espécies exóticas e a intensificação da pesca, com métodos ainda mais predatórios.

Como resposta a tal quadro, a aquicultura praticamente dobrou nos últimos dez anos. Hoje, ela representa 14% da produção global mundial de peixes, uma indústria que movimenta US\$ 27,6 bilhões anuais. Ela poderia ser uma grande solução econômica e até ambiental se não consumisse tanta água e se não produzisse tanto desperdício, além de desordenar o regime das bacias. ☐

É evidente que reverter tal quadro não sairia barato. O Banco Mundial acaba de divulgar um estudo que conclui que um investimento de US\$ 45 bilhões a US\$ 60 bilhões nos próximos dez anos aumentaria em 50% as reservas de água e reduziria à metade os desperdícios no Oriente Médio e no Norte da África, evitando conflitos locais ou internacionais. Os recursos seriam dirigidos para a promoção de uma irrigação eficiente, desviando a água da agricultura para as cidades. Hoje, 87% da água disponível na região vai para a irrigação.

O mais irônico é que a grande maioria dos sistemas hídricos teria um potencial econômico muito maior se suas características originais fossem mantidas. Para se ter uma idéia do valor financeiro que um desses ecossistemas aquáticos poderia alcançar, basta ver cálculos realizados na Malásia para estimar o quanto vale um mangue intocado. O quilômetro quadrado desse ecossistema foi cotado em US\$ 300 mil, o equivalente às paredes de concreto que seriam necessárias para substituí-lo única e exclusivamente no controle das cheias. Seguindo este raciocínio, dá para imaginar quanto os Estados Unidos, que já drenaram metade de suas áreas úmidas, a um ritmo de 24 hectares por hora, nos últimos 200 anos, já perdeu.

A reversão deste quadro dependeria de um melhor gerenciamento dos recursos hídricos e da instalação de sistemas eficientes de tratamento de esgotos e na melhoria do controle de efluentes industriais. Este foi o caso do rio Reno, que recebe hoje apenas 10% dos dejetos que eram jogados em 1970. Só um planejamento racional poderá preservar a água doce, que embora ocupe apenas 1% da superfície terrestre, concentra 12% de todas as espécies animais conhecidas. ☐



O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

Conselho Diretor
Carlos Frederico Marés de Souza Filho (*presidente*),
Eduardo Viveiros de Castro,
Enrique Svirsky, Minka
Bojadsen Capobianco e
Neide Esterici

Secretários-Executivos
Carlos Alberto Ricardo
João Paulo Capobianco
Márcio Santilli

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo - SP
tel: 55 11 825-5544
fax: 55 11 825-7861
internet: socioamb@ax.apc.org
SCLN 210, bloco C, sala 101
70862-530 Brasília - DF
tel: 55 61 349-5114
fax: 55 61 274-7608
internet: isadf@ax.apc.org

apoio institucional

**O FEL DA MÍDIA DEMONSTRADO****RICARDO ARNT**

Meio Ambiente e Meios de Comunicação. Luis Fernando Angerami Ramos. São Paulo, Editora Annablume, 1996, 160 págs. R\$ 15,00.

A mídia não gosta de ecologia. Aquilo que o leitor bem informado percebe, esse livro comprova, analisando a cobertura do *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal Nacional* e *Jornal da Manchete* à Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, a ECO-92. Ele mostra que os meios de comunicação desqualificam e sabotam a política ambientalista, “inibindo a conscientização dos direitos dos cidadãos e das responsabilidades do poder público”.

Depois de quantificar e qualificar o espaço do tema na mídia, e interpretar sua “abordagem fragmentadora”, o autor identificou “um firme propósito de desacreditar e marginalizar o ambientalismo como movimento social, desvinculando suas motivações de uma aspiração legítima da sociedade, procurando inclusive criar uma falsa impressão de que os ecologistas trabalham contra o desenvolvimento e o progresso”. Tudo, sempre em sintonia com os interesses empresariais que têm “maior força de expressão nos meios de comunicação” e cuja “participação como fonte de informação é a mais significativa numericamente”.

O estudo ressalva que a consciência não é atributo dos meios de comunicação e que o leitor não é objeto passivo de astúcias editoriais boas ou más. A prática social de cada um define e filtra as representações oferecidas. Mas isso “não deve ser interpretado como sinal de que os meios de comunicação de massa são pouco influentes na incorporação de valores e comportamentos, ainda mais numa sociedade como a nossa, caracterizada pela má distribuição de renda e difícil acesso aos direitos básicos como educação e saúde, fazendo com que a consciência da cidadania seja fugaz”.

Como diz Paulo Francis, jornalismo é uma questão de ênfase. Mas, embora os discursos sejam diferentes, o verdadeiro privilégio corporativo parece ser o de desqualificar. Alternadamente, os ambientalistas são associados à “alienação, ameaça, desculpa, fanatismo, impostura, instrumento, interesses, estratégia, neurose, restrições e protecionismo”, além de irracionalismo, obscurantismo e esquerdismo — sem contar a perversão de preferirem amebas à gente.

O estudo revela um *Estado* em guarda contra ameaças de “inibir o crescimento nacional” e hostil à “demarcação de terras indígenas”. O “criticismo” da *Folha* surge deplorado pelos *ombudsmen* em função, eternamente. E o *Jornal Nacional* mostra que faz o que quer, quando quer e como quer com bem mais desenvoltura que o *Jornal da Manchete*.

Mas pairam questões maiores que ajudariam a entender a troco de quê a mídia faz o que faz - como paradoxo de uma cultura que faz apologia da natureza enquanto destrói. Segundo o autor, em uma sociedade marcada pela degradação, na qual os meios de comunicação “são um poderoso instrumento de interferência em sua dinâmica”, “impõem-se a constituição de uma identidade conceitual da questão ambiental”. Sem dúvida. Para tanto, o ecologismo poderia ser visto (para variar) como uma antropofagia a mais — aquela capaz de modernizar, reconciliando, a (rejeitada) identidade natural do país. Como a música popular faz, sem problemas. Mas a mídia tem outra compreensão de modernidade. ☐

Agenda

• 1º Congresso do Instituto de Ecoturismo do Brasil. *Bertioga, SC. De 6 a 8/11* - Promovido pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil.
Tel. (011) 262-2069.

• 2º Congresso Latino-americano de Educação Inter-cultural Bilingue. *Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. De 11 a 14/11*.

• Curso sobre Recuperação de Ecossistemas Degradados por Poluição. *São Paulo, SP. De 18 a 22/11* - Promovido pela Cetesb.
Tel. (011) 210-1100 r. 318/379.

• 4ª Reunião Especial da SBPC. *Feira de Santana, BA. De 24 a 28/11* - Tema central: Semi-árido.
Tel. (011) 259-2766.

• Seminário sobre Presença Humana em Unidades de Conservação. *Brasília, DF. De 26 a 29/11* - O evento é uma promoção conjunta do ISA, Ministério Público Federal, Associação Nacional dos Procuradores da República, WWF, Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados e Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia.

• 3º Encontro Internacional de Indígenas e Camponeses pelo Desenvolvimento e a Solidariedade no Equador. *Quito, Equador. De 27/11 a 08/12*.

Organizado pela Federación de Organizaciones Populares de Ayora-Cayambe. Participam instituições da Noruega, Costa Rica, Bolívia e Brasil.
Tel. (00 593 2) 360.500
Fax. (00 593 2) 361.1446.

• 3º Encontro Geral do Projeto Saúde e Alegria. *Reserva Comunitária de Maguari e Jamaráquá, Santarém, PA. De 28/11 a 01/12* - Festival de Artes, Ecologia e Comunidades, Copa Três Rios de Futebol e Olimpíadas Regionais.
Tel. (091) 523.1083.